



O Informe da JUVENTUDE PODE é um boletim mensal do Comitê Regional de Jovens - Brasil Public Services Internacional (PSI)  
Nº 01 - Dezembro de 2021

**HECTOR BATISTA**, presidente da Upes: “É possível mudar e viver dias melhores”

## ESTUDO, EMPREGO DE QUALIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A receita do Dieese para o desenvolvimento econômico e social do país

## HÁ ESPERANÇA

Os ataques aos direitos trabalhistas, o desemprego e o desmonte de políticas de inclusão universitária colocam em risco o futuro de uma geração. Mas dá pra virar o jogo.

## nesta edição

---

3

PAPO RETO

LINHA DE FRENTE

4

Hector Batista, presidente da Upes (União Paulista dos Estudantes Secundaristas), fala de educação e resistência

7

CONJUNTURA

Os jovens e o mercado de trabalho. Entrevista com Fausto Augusto Jr., diretor técnico do Dieese

10

PONTO DE VISTA

Pela vida e pela saúde das mulheres - artigo de Vivian Mendes

12

ART&CULTURA

"Da Boca do Lixo", o álbum de estreia de Nego Bala



## SALVE!

Este **Juventude Pode** é o primeiro de uma série que publicaremos mensalmente até maio de 2022, como parte do projeto internacional FORSA/ISP.

Nosso objetivo é usar esse espaço para abordar questões de interesse da juventude brasileira, trazendo sempre temas da conjuntura e estimulando o debate numa perspectiva plural e diversificada.

Além das questões de relevância nacional, traremos dicas culturais, artigos e perfis de jovens trabalhadores e trabalhadoras, além de entrevistas com lideranças da juventude nos movimentos, nos parlamentos e demais arenas de disputa.

Com boa informação, esperamos municiar nossos leitores e nossas leitoras para as longas batalhas que teremos pela frente.

J POD

### QUEM SOMOS

O **Juventude Pode** é uma publicação do Comitê de Jovens da ISP-Brasil, financiada pelo projeto FORSA.

Coordenação: Geici Brig e Sânia Barcelos

Reportagem, edição e diagramação: Guaxi Studios

Jornalista responsável: João Paulo Soares

# PAPOMURETO

## NOVOS ATAQUES AOS DIREITOS TRABALHISTAS E AOS PROGRAMAS DE ACESSO DOS MAIS POBRES À UNIVERSIDADE MARCARAM OS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO

O mês de dezembro começou com a revelação de que o governo federal pretende propor uma nova reforma trabalhista no ano que vem. É mais uma paulada na cabeça da classe trabalhadora, que desde o golpe de 16 tem sido obrigada a conviver com frequentes investidas contra seus direitos – em reformas que nada mais fazem do que atuar em favor dos interesses dos grandes grupos econômicos.

Entre as propostas que já estão na mesa do presidente – elaboradas por um grupo de “notáveis” montado por ele, todos ligados ao empresariado – uma se destaca pela crueldade contra os já massacrados trabalhadores de APPs. Ela sugere a criação de uma lei para PROIBIR o vínculo empregatício entre as empresas e os prestadores de serviço. Ou seja, os moleques e as minas do corre dos APPs, que travam uma luta gigante para ter um mínimo de condições de trabalho, perderiam inclusive o direito de reivindicar.

O massacre dos trabalhadores, em especial da juventude, é um dos temas desta primeira edição do **JPod**. Entrevistamos o sociólogo Fausto Augusto Júnior, diretor técnico do Dieese. Ele classificou de aviltante as condições a que os jovens são submetidos quando entram no mercado de trabalho.

### Educação

Ao mesmo tempo em que busca arrochar ainda mais os trabalhadores, o governo Bolsonaro mantém uma luta sem trégua contra os programas que têm colocado milhões de jovens de baixa renda nos bancos universitários.

A campanha permanente de desqualificação do Enem levou a profundas crises no Inep, instituto que produz e aplica o exame, e provocou quedas vertiginosas no total



de inscritos. Em 2021, o número de alunos que realizaram a prova foi o menor desde 2009.

Mas a máquina de destruir de Bolsonaro não para. Apenas duas semanas tinham se passado desde a realização deste Enem – que foi considerado o mais elitista da história – e o país foi surpreendido com uma MP que libera o acesso às bolsas do ProUni para estudantes de escolas privadas, colocando em xeque própria razão de ser do programa.

Quem comenta os ataques aos programas de acesso à educação é do líder estudantil Hector Batista, presidente da Upes (União Paulista dos Estudantes Secundaristas). Ele considera Bolsonaro inimigo número 1 da juventude brasileira, mas acredita que é possível organizar a galeira para ir à luta e reverter esse quadro a partir de 2022.

O **JPod** traz ainda um artigo de Vivian Mendes sobre “Pobreza Menstrual”, abordando a falta de acesso a absorventes higiênicos, um grave problema que atinge principalmente as meninas das periferias e rincões do país.

Boa leitura.

## ‘É possível lutar, é possível mudar’

HECTOR BATISTA, PRESIDENTE DA UNIÃO PAULISTA DOS ESTUDANTES

SECUNDARISTAS, ENXERGA EM BOLSONARO O INIMIGO NÚMERO 1 DA JUVENTUDE BRASILEIRA

○ líder estudantil Hector Batista, de 22 anos, tem um sonho: cursar Geografia, virar professor e incendiar a sala de aula com debates sobre história, política e o futuro do planeta. Ele está entre os dois milhões de jovens que prestaram o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) no final de novembro e - assim como muitos deles - alimenta a expectativa de ser o primeiro da família a entrar na faculdade.

Hector vem de uma família pobre da Praia Grande, litoral de São Paulo, trabalha desde os 15 anos e participa de grêmios estudantis desde os 12. O estudante fez parte no histórico movimento de ocupações de 2016, quando a garotada conseguiu barrar o projeto de “reorganização” do ensino proposto pelo governo do Estado.

A partir daí, conheceu de perto o pessoal da Upes (União Paulista dos Estudantes Secundaristas) e passou a participar de ações de maior impacto, como a ocupação da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) contra os desvios na merenda. Em 2020, tornou-se presidente da entidade. Sob seu comando, a Upes, assim como outras organizações estudantis, tem participado ativamente do movimento



Arquivo pessoal

“Fora Bolsonaro” e da luta pela valorização da escola pública e pela manutenção dos programas que têm permitido a milhões de jovens como ele cursar a universidade.

Para Hector, é preciso muita luta e organização para reverter o quadro atual.

“Engajar a juventude é mostrar que essa política que a gente

vive com o governo Bolsonaro é uma política cruel, que massacra os nossos sonhos”, afirma. Ao mesmo tempo, ele se mostra otimista com o futuro. “Ainda há esperança e é possível lutar, é possível mudar e é possível viver dias melhores”.

Abaixo, a íntegra da entrevista

**JPod: Fale um pouco de você e de sua história no movimento estudantil.**

**Hector:** Eu sou um jovem menino negro, nascido e criado na periferia de Praia Grande, numa família chefiada por mulheres que sempre me ensinaram que a escola era o lugar onde eu ia alcançar meus objetivos. Desde sempre

## LINHA DE FRENTE

fui aquele menino que passava o dia inteiro na escola. Praticava esportes, jogava vôlei, xadrez, participava das atividades. Então conheci o grêmio estudantil e comecei a me engajar ainda mais para conseguir falar da escola, sobre o papel higiênico que faltava no banheiro, da torneira quebrada, das coisas que a gente queria melhorar e daquilo que a gente queria realizar, pra mostrar nossos talentos, tudo aquilo que os estudantes tinham de potencial. No meio desse caminho, conheci a UPES, fui para um congresso da entidade e lá eu encontrei vários estudantes, de vários grêmios, que faziam o mesmo que eu na minha escola. Então me apaixonei por esse movimento e to aqui até hoje, agora presidindo essa entidade que representa todos os estudantes secundaristas em todo Estado de São Paulo.

### **A política de inclusão via ensino superior trouxe milhões de novos atores sociais para os bancos universitários. Como isso se reflete no movimento estudantil, em especial entre os secundaristas?**

Todo estudante do terceiro ano [do ensino médio] tem aquela tensão o ano todo para prestar o Enem, que é uma ferramenta importantíssima de acesso à educação, principalmente pelos programas associados a ele. (...) É esse exame que faz com que milhares de jovens hoje possam entrar na universidade, serem os primeiros de suas famílias a pôr os pés dentro de uma sala de aula universitária, saindo de lá com o diploma na mão e realizando seus sonhos.

(...) O Enem e as demais políticas são conquistas nossas. Foi o movimento estudantil que batalhou por isso, foi de dentro de congressos estudantis que saíram essas propostas que hoje colocam milhares dos nossos dentro das universidades. No movimento secundarista, o reflexo do Enem é totalmente positivo. A gente consegue comemorar todo ano mais estudantes entrando na universidade, mais estudantes perto de realizar seus sonhos. Isso dá ainda mais vontade dos 'secundas' que ainda são bem novinhos, de usufruir esse direito. Por isso, a gente defende o Enem numa perspectiva de defender nosso futuro, de defender as próximas gerações e de conseguir, principalmente, fazer com que ainda mais 'secundas' saiam de dentro das escolas direto para dentro da universidade.



Arquivo pessoal

### **Desde 1998, o Enem experimentou um processo contínuo de crescimento, chegando a 9 milhões de inscritos em 2016. De lá pra cá, vem numa curva descendente que atingiu seu patamar mais baixo em 2021. Como você enxerga esse esvaziamento?**

Isso é reflexo do sucateamento de Bolsonaro na área da educação. Foi esse governo que decidiu não dar auxílio aos estudantes durante a pandemia, no momento mais difícil das nossas vidas. Também é esse governo que falou que a gente não ia ter chip de internet nem aparelho eletrônico pra conseguir estudar. Foi o movimento estudantil que ficou o todo tempo batendo nessa tecla, conversando com secretários de educação pelo Brasil inteiro, pressionando muito para que os estudantes tivessem acesso à educação, ao contrário do que o governo



Bolsonaro vem fazendo, tirando cada vez mais o sonho de meninos e meninas que querem entrar na universidade, que querem uma vida diferente da fome e da miséria. O governo Bolsonaro é, sim, o culpado de tudo que vem acontecendo e de o Enem estar do jeito que está. Se ele queria que esse Enem tivesse a cara do governo, ele conseguiu, porque é o menor número de inscritos negros, indígenas e quilombolas - que foram as pessoas mais afetadas pela política genocida de Bolsonaro.

### **Como engajar a juventude trabalhadora na defesa dos seus direitos?**

O ataque educação é uma coisa que o governo Bolsonaro colocou como prioridade de governo e a gente precisa estar organizado para dar resposta. A juventude tem um papel fundamental. Hoje a gente encontra jovens que tiveram que burlar o sistema do iFood pra conseguir colocar comida na mesa, e é esse jovem que desistiu da escola, que estaria agora prestando o Enem, entrando na universidade, tendo perspectiva de futuro, uma perspectiva diferente, mais do que um trabalho informal que não garante direitos. Nós não queremos esse

futuro para a juventude. Por isso é importantíssimo engajar a juventude trabalhadora, falando principalmente sobre a questão do mercado de trabalho, sobre a profissionalização com o ensino técnico (...). Hoje nós precisamos de uma 'missão resgate' para trazer toda a juventude trabalhadora para ocupar as escolas, o Enem e as universidades. Precisamos falar para esses jovens trabalhadores que precisam ter perspectiva de um futuro melhor; mas também para aquele jovem que hoje tem um emprego bom, tranquilo, que ele consiga também ocupar outros espaços. Engajar a juventude é mostrar que essa política que a gente vive com o governo Bolsonaro é uma política cruel, que massacra os nossos sonhos. A gente também precisa falar para esse estudante que há esperança; a gente precisa falar para esse trabalhador que hoje está no iFood ou dentro das empresas, no seu local de trabalho, seja qual for, que ainda há esperança e é possível lutar, é possível mudar e é possível viver dias melhores. Mas a gente precisa de todo mundo, firme, na luta, organizado, dizendo 'Fora Bolsonaro', porque ele é inimigo dos nossos sonhos, inimigo do Brasil e inimigo número 1 da juventude brasileira.

# EDUCAÇÃO, TRABALHO E FUTURO

Qualquer projeto de reconstrução do Brasil, depois do desmonte promovido pelos governos Temer e Bolsonaro, passa pela implementação de políticas públicas voltadas para a juventude, de maneira a assegurar aos jovens a conclusão de seus estudos e, posteriormente, uma inserção de maior qualidade no mundo do trabalho. A avaliação é do sociólogo Fausto Augusto Júnior, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos).

“Ter uma política para os jovens, que coloque a questão do trabalho no centro do debate, é fundamental. No Brasil hoje não temos nenhuma política efetiva. Simplesmente deixa-se ao mercado”, observa Fausto, em entrevista ao **JPode**.



Foto:Divulgação

Na entrevista, ele abordou as altas taxas de desemprego entre os jovens; a nova proposta de “reforma trabalhista” de Bolsonaro, que proíbe o vínculo empregatício entre as empresas de APPs e os trabalhadores; e o embate civilizatório que se dará em 2022, em torno das eleições presidenciais. Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

## **Desemprego entre os jovens**

“A taxa de desemprego entre os jovens é um dilema no Brasil já há algum tempo e agora ela toma proporções bastante preocupantes. O Brasil não tem uma política clara de transição entre o mundo escolar e o mundo do trabalho. Quando você vai para a faixa etária de 14 a 17 anos, na verdade a gente deveria ter um número muito pequeno de jovens dessa idade no mundo do trabalho, procurando emprego. Eles deveriam estar no mundo escolar. Quem tem de estar no mundo do trabalho são os

pais, os responsáveis etc. O problema é que se lança o jovem muito cedo no mercado de trabalho, por uma necessidade e não por uma vontade de iniciar sua carreira profissional. Quando o pai, a mãe, o responsável da casa está empregado, normalmente esse jovem continua na escola – que é o mundo ideal, ou seja, você caminhar para um retardamento da entrada no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, a entrada em um emprego de melhor qualidade, algo mais interessante, que possibilite inclusive alterar a trajetória tradicional de vida da sua família.

No caso das meninas, isso é mais grave, porque a gente vê a saída delas da escola por conta do trabalho, mas também dos afazeres domésticos, principalmente na questão dos cuidados, seja de filhos, de irmãos, de pessoas

mais idosas... Isso é bastante complicado, porque retira delas a possibilidade de depois adentrar ao mercado de trabalho de maneira mais estruturada, com renda e quebrando o ciclo da pobreza”.

## **Transição escola/trabalho**

“Outra questão é o jovem já acima dos 18 anos, cuja taxa de desemprego também é bastante alta. Nós temos de ter política muito clara de como fazer essa transição da escola para o trabalho, e de como colocar esse sujeito num posto de maior qualidade. O Brasil é um país muito jovem, que deveria estar se aproveitando da entrada desse jovem no mercado de trabalho para avançar no seu desenvolvimento econômico e social. Estamos desperdiçando nossa juventude em empregos muito precários, com baixa renda, baixa exigência de qualificação, que vão apontar para um futuro de bastante dificuldade e não agregam do ponto de vista de produtividade e do desenvolvimento social e econômico no nosso país”.



“Ter uma política para os jovens, que coloque a questão do trabalho no centro do debate, é fundamental. No Brasil de hoje não temos nenhuma política efetiva. Simplesmente deixa-se ao mercado. Joga-se então esse jovem para a economia informal gigante. Estamos vendo essa questão dos entregadores e o quanto precário é isso, com jornadas de 16 horas, remuneração baixa e nenhum tipo de proteção social. Ou seja, o pior dos mundos, a pior forma de incorporar o jovem ao mercado de trabalho”.

### **Vínculo entre APPs e trabalhadores**

“O governo Bolsonaro tem uma ideia fixa, um projeto muito claro que passa pela redução dos direitos trabalhistas. Desde a primeira reforma de 2017 [no governo Temer], todas as iniciativas, MPs etc., que vieram depois, têm a ver com isso. No caso da discussão do vínculo com os APPs, não está separado disso. Tem um olhar bastante limitado sobre a discussão dos APPs, um olhar que generaliza a partir do ponto de vista do empresário, do patrão, e simplesmente joga esse conjunto enorme de trabalhadores (...) em jornadas do final do século 19, com remuneração

muito baixa, condições de trabalho, saúde e segurança sem nenhum tipo de controle, condições aviltantes, inclusive”.

“Há diferenças bastante significativas quando a gente fala em trabalho de aplicativo. Hoje está pegando de tudo. Antes era basicamente motorista de aplicativo, mas já tem entregador de aplicativo, vendedor de aplicativo, professores de aplicativo, ou seja, uma infinidade de ocupações e profissões. Que é emprego, é emprego, não há a menor dúvida. Se você tem dependência econômica, se tem controle de jornada, se tem algum grau de hierarquização, você tem emprego, e precisa ver reconhecido o vínculo empregatício. Outra coisa é quando você é um produtor autônomo e você usa esse aplicativo para intermediar [sua relação] com o consumidor”.

Então, quando a gente pensa em aplicativos, a melhor questão é: o aplicativo não é a razão pelo qual você define o vínculo A ou B. O que define o vínculo de emprego são outras características, consagradas na nossa legislação, e que precisam ser respeitadas, independentemente do meio de suporte que você utiliza para construir essa relação de trabalho”.



# [ Os mais ricos devem pagar mais impostos ]

## **Eleições 2022 e o embate civilizatório**

“Em 2022 nós vamos de fato para um embate civilizatório. O Brasil vai estar de frente com projetos muito diferentes de país. De um lado, um projeto de melhoria da vida das pessoas, em que o crescimento econômico se traduza em desenvolvimento social. De outro, um projeto que não é só do Bolsonaro – é importante dizer isso. Tem vários outros grupos que pensam como ele, que vão apresentar candidaturas que propõem um Brasil pequeno, né?, o Brasil dos 30%, dos mais ricos, em que tudo gira em torno daqueles que podem consumir”.

“Agora, qualquer candidatura progressista, que venha na defesa da Constituição de 88, precisa voltar a consolidar essa possibilidade de que crescimento econômico precisa se traduzir em desenvolvimento social. Pra isso, você precisa de investimento em política pública; precisa ter os mais pobres como parte dessa política econômica, e não só como beneficiários de programa social A, B ou C; precisa entender que a base da pirâmide tem papel fundamental no nosso desenvolvimento. Essa economia dos de baixo cria possibilidades para a construção de um Brasil não apenas socialmente melhor e mais justo, mas também de um crescimento bastante diferenciado”.

## **Emprego e distribuição de renda**

“Precisa colocar de fato a questão do emprego e, principalmente, da distribuição de renda, no centro das discussões do desenvolvimento brasileiro. Não dá pra esperar crescer pra distribuir renda. Precisamos distribuir renda porque é a distribuição de renda que vai impulsionar nosso crescimento. Isso passa por mudanças no sistema tributário. Os mais ricos precisam pagar mais impostos. Passa pelo acesso aos bens e serviços. Precisa garantir que serviço público exista e chegue na ponta e com mais qualidade. Passa por uma priorização do investimento”.

“Esse recurso todo que é recolhido para o fundo público, por meio dos impostos, como ele é distribuído? Quem

pega a maior parcela disso? Será que nós vamos continuar financiando os grandes empreendimentos industriais, as empresas multinacionais, ou vamos priorizar as pequenas empresas, os pequenos negócios, os pequenos serviços, que são os que mais empregam? Então isso passa por crédito, por um olhar diferenciado na tributação, em todo processo de formalização das pequenas empresas. Precisa ter um projeto muito claro para a micro e pequena empresa, e o Brasil hoje não tem. Ao contrário, fica ao Deus-dará”.

## **Universalização do direito do trabalho**

“Os direitos sociais precisam ser garantidos e universalizados. E aí, junto a eles, precisa ser feito um grande debate sobre a universalização do direito do trabalho. Uma mulher que ganha um filho, quando tem carteira assinada tem direito a uma licença maternidade; e a que não tem carteira assinada, não tem direito. Isso é impenável, uma vez que essa é uma política de proteção ao filho, de proteção à infância. Precisamos construir mecanismos para que todos no Brasil possam ter uma jornada decente de trabalho, uma remuneração mínima. Independentemente de você ser trabalhador formal ou informal, você deveria receber [ao menos] o salário mínimo”.

## **Políticas para o futuro**

“Nosso desenvolvimento precisa ser ancorado na ciência, na tecnologia, no respeito ao meio ambiente, à diversidade e na construção de um país de futuro, não de um país do passado. A economia que deveríamos buscar é a do século 21, não a do século 19. Precisamos romper com essa ideia de fazendão que estão tentando construir, em que tudo parece que gira em torno do agronegócio e da mineração. O que nós precisamos, inclusive e principalmente para os nossos jovens, é garantir emprego de qualidade, ocupações vinculadas ao mundo do século 21, que passem por tecnologia, cultura e educação”.

“Política de jovens é fundamental. Mas nós precisamos entender que tem de ser articulada com uma visão de desenvolvimento, uma visão de futuro. O jovem é o nosso futuro. É ele que vai estar daqui a 20, 30 anos ocupando os principais cargos e puxando nosso desenvolvimento. Temos um caminho longo, mas é possível, necessário e vamos sim construir algo diferente”.

# PELA VIDA E PELA SAÚDE DAS MULHERES

PONTO DE VISTA

Reprodução



---

VIVIAN MENDES

---

▲ pobreza é um fenômeno com muitas facetas, mas reconhecer que ela possui um recorte de gênero é um ponto estratégico para combatê-la. É por isso que muitas pesquisadoras (e reforço, as feministas) alertam sobre o aumento da feminização da pobreza, comprovando que as mulheres ao redor do mundo se mantêm sistematicamente mais pobres que os homens.

No Brasil, assim como em todos os países da América Latina, essa é uma realidade particularmente complexa, pois hoje vivemos o cenário de um desmonte de políticas para mulheres, refletindo nos resultados da PNAD Covid-19 - realizada entre maio e novembro de 2020 - que mostram que o aumento do desemprego foi 25% maior entre as mulheres.

Se todas essas desigualdades são acompanhadas de pobreza visíveis e amplamente documentadas, existe uma

realidade também disseminada, mas muito menos divulgada: a pobreza menstrual. A expressão se refere à falta de acesso que pessoas em situação de vulnerabilidade social enfrentam durante sua menstruação.

Não se trata apenas da falta de dinheiro para comprar absorventes, mas também de direitos básicos como educação sexual, saúde sexual e reprodutiva, água tratada e de livre acesso, saneamento básico, direitos ainda inacessíveis a muitas pessoas. Segundo a ONG Trata Brasil, 1,6 milhão de pessoas não têm banheiro em casa, 15 milhões não recebem água tratada e 26,9 milhões moram em lugares sem esgoto.

A pobreza menstrual é também um problema real, mas invisibilizado por se tratar de uma questão das mulheres. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu, em 2014, no Dia Internacional de Luta das Mulheres, que o direito à higiene menstrual é uma questão de saúde pública e de direitos humanos; consistindo na garantia ao acesso à



água, recursos básicos de higiene e saneamento para que mulheres possam ter saúde durante seu período menstrual. Isso significa ter água limpa e disponível, sanitários seguros com água que permita a higiene menstrual e acesso a absorventes ou protetores menstruais.

No Brasil, o problema da pobreza menstrual é agravado por outras situações de pobreza. O simples custo dos produtos de higiene pessoal já exclui muitas pessoas: estima-se que 23% das mulheres jovens entre 15 a 17 anos não têm condições financeiras para adquirir produtos seguros para usar durante a menstruação. Para quem não pode arcar com esses gastos, o que resta é recorrer a métodos inseguros para conter o próprio fluxo, como folhas de jornal, trapos, papelão, papel higiênico. Além disso, a vida nas grandes cidades brasileiras exacerba o problema. Mesmo em São Paulo, cidade mais rica do país, ainda não atingimos o saneamento universal, e em cidades como Belém, no Pará, quase 30% da população não tem acesso à água potável, e mais de 80% não recebe atendimento de coleta de esgoto.

As mesmas pessoas com pouco acesso à infraestrutura básica também são aquelas que moram distante dos centros das cidades, onde a oferta de empregos costuma ser concentrada. Isso significa que são justamente as pessoas com pior acesso ao saneamento básico que enfrentam os maiores deslocamentos para trabalhar, o que torna mais complicada a manutenção da higiene pessoal ao longo de uma jornada de trabalho intercalada por longas horas no transporte coletivo. Sabemos também que a população preta e parda é a maioria nas favelas e periferias brasileiras, o que significa que o problema da pobreza menstrual também é atravessado pelo racismo estrutural.

Apesar do tamanho desses desafios, muito pode ser feito no combate à pobreza menstrual e a pobreza das mulheres, começando pelo primeiro passo: reconhecer o problema. Em segundo lugar, o preço dos produtos de higiene menstrual precisa ser menor. Apesar de ser um item essencial para a higiene e saúde das mulheres, o absorvente não é isento de tributo. O alto custo acaba por tornar o absorvente um bem de luxo, em vez de um item essencial para muitas mulheres.

Por fim, é necessário que a dignidade menstrual seja garantida através de políticas públicas, elaboradas e executadas por um serviço público de qualidade. Em um país com ta-

## **[No Brasil, o problema da pobreza menstrual é agravado por outras situações, como a falta de saneamento básico em muitas cidades]**



João Paulo Soares

manha desigualdade, como é o caso do Brasil, o reconhecimento por parte do Estado de sua responsabilidade é passo fundamental para o enfrentamento desse problema.

Por isso, a luta pela derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei 4968/2019 para distribuição gratuita de absorventes para pessoas de baixa renda é essencial. Não se pode permitir que proposta de tamanha importância seja obstaculizada. O enfrentamento à desigualdade de gênero pode e deve fazer parte do orçamento e do projeto de desenvolvimento do país.

---

*Vivian Mendes, 31 anos, é advogada, idealizadora da campanha Fluxo Solidário e Conselheira Nacional de Direitos Humanos*

## Os sonhos, a luta e os recados de Nego Bala em seu álbum de estreia

Chegou no final de novembro às plataformas de áudio o álbum de estreia de Nego Bala, "[Na Boca do Lixo](#)". O rapper apareceu na cena em 2018, com o single "Buraco no Céu", e desde então vem ganhando holofotes não só por seu talento, mas também por sua história de vida.



Foto: Larissa Zaidan / Montagem: Pedro Antunes

De família muito pobre - a mãe era viciada em crack e o pai ganhava a vida como vendedor em semáforos - o menino Marcelo Abednego Justino Generoso, futuro Nego Bala, cresceu na boca do lixo paulistana, entrou para o mundo do crime ainda criança e com 12 anos passou uma primeira temporada na Fundação Casa, antiga Febem, em Franco da Rocha. Lá, se inscreveu em cursos de percussão e poesia e começou a compor.

A música "Sonho", que abre o álbum com participação de Elza Soares, é daquele período. Na capa do disco, o músico xegura um exemplar de "Pedagogia do Oprimido", de Paulo Freire. "Quem melhor que o oprimido para entender uma sociedade opressora?", costuma repetir o rapper.

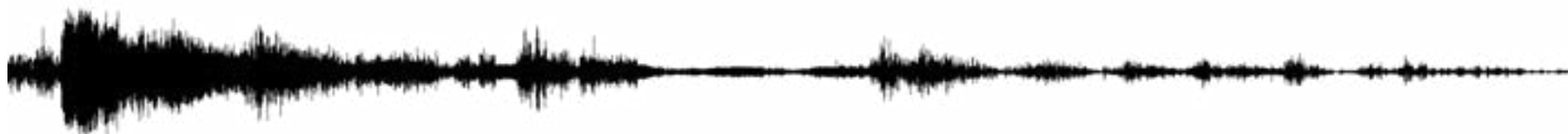
## JUVENTUDE POD



### O PODCAST DA JUVENTUDE TRABALHADORA

Depois de uma parada para ajustes técnicos, o **JuventudePod** - podcast da juventude trabalhadora - voltou a ter edições semanais no começo de dezembro. Os dois primeiros programas, apresenta-

dos por Sânia Barcelos, Geici Brig e Marcela Milano, abordaram os ataques de Bolsonaro à educação e temas da conjuntura, como a posse do ministro "terrivelmente evangélico" no STF e os 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. Os programas estão disponíveis nas principais plataformas de áudio.





ATÉ A PRÓXIMA